



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



CONCURSO PÚBLICO

(COM PUBLICIDADE NACIONAL)

N.º 08.0584

**“AQUISIÇÃO DE RASPADORES E BAVETES PARA ESTAÇÃO DE
TRIAGEM DO PORTO NOVO E CPRS – 2022”**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Preço Base	3
Cláusula 3.ª Contrato.....	3
Cláusula 4.ª Prazo	3
Cláusula 5.ª Obrigações principais do cocontratante	4
Cláusula 6.ª Conformidade e Operacionalidade do Bem	5
Cláusula 7.ª Entrega dos bens objeto do contrato	5
Cláusula 8.ª Inspeção.....	6
Cláusula 9.ª Garantia Técnica	6
Cláusula 10.ª Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 11.ª Prazo do dever de sigilo.....	7
Cláusula 12.ª Preço contratual	7
Cláusula 13.ª Condições de pagamento	8
Cláusula 14.ª Penalidades contratuais	8
Cláusula 15.ª Força maior.....	9
Cláusula 16.ª Resolução por parte da ARM, S.A.....	9
Cláusula 17.ª Resolução por parte do cocontratante	10
Cláusula 18.ª Caução para garantir o cumprimento das obrigações	10
Cláusula 19.ª Foro competente	10
Cláusula 20.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 21.ª Gestor do contrato	11
Cláusula 22.ª Comunicações e notificações	11
Cláusula 23.ª Contagem dos prazos	11
Cláusula 24.ª Legislação aplicável	11
Cláusula 25.ª Consulta preliminar ao mercado	11
Cláusula 26.ª Proteção de dados.....	11
ANEXO I MAPA DE QUANTIDADES	13
ANEXO II Catálogos e Especificações técnicas do equipamento existente	14
ANEXO III AUTOS DE ACEITAÇÃO DAS AMOSTRAS.....	19
ANEXO IV «CONFORMIDADE COM O RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS»	21

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a aquisição de raspadores e baves para a Estação de Triagem do Porto Novo e Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo, de acordo com as especificações do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Preço Base

O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sendo que no presente procedimento corresponde a **32.500,00 €** (trinta e dois mil e quinhentos euros), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo de 4 (quatro) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do cocontratante

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais, as quais deverão ser sempre adequadas à aplicação a que se destinam:

- a) Obrigação do cocontratante **entregar uma amostra dos raspadores e baves**, de acordo com as tabelas infra, e em conformidade com o mapa de quantidades indicado no Anexo I e com as especificações técnicas indicadas no Anexo II, para efeitos de aprovação da ARM, S.A.:

Amostras a apresentar dos raspadores e baves			
ITEM	UTILIZAÇÃO	COR	CARACTERÍSTICAS
1	Raspadores laterais	Preta	E 5/2 0/V5 H MT
2	Raspadores inferiores	Amarela	PU-90/93
3	Baves dos transportadores das cabines	Transparente	Lamela PV
4	Baves para as caídas das ilhas ecológicas	Preta	Borracha Preta SBR Com tela
5	Baves das caídas dos transportadores	Preta	EP250/1 2,5+0 resistente a óleos e gorduras
6	Raspador tremonha	Preta	EP250/2 2,5+0 resistente a óleos e gorduras
7	Envoltivo para rolos de tração	Preta ou vermelha	TransCorrex MiniDiamond

- b) Obrigação de disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o **certificado de fabrico da Comunidade Europeia dos bens objeto do contrato**, em língua portuguesa, inglesa, francesa ou espanhola;
- c) Obrigação de entrega dos bens, em conformidade com as quantidades e especificações técnicas do presente caderno de encargos e respetivos Anexos;
- d) Dadas as especificidades dos bens a adquirir, o cocontratante está obrigado a garantir que os bens propostos sejam os solicitados ou equivalente, bem como sejam **totalmente compatíveis com os equipamentos existentes**, sob pena de devolução e/ou resolução por parte da ARM, S.A., nos termos da alínea b) do n.º 1 da cláusula 16.ª do presente caderno de encargos;
- e) Obrigação de garantia dos bens objeto do contrato.

Cláusula 6.ª

Conformidade e Operacionalidade do Bem

1. O cocontratante obriga-se a **entregar uma amostra dos raspadores e baveses**, de acordo com o mapa de quantidades indicado no Anexo I e em conformidade com as especificações técnicas indicadas no Anexo II, para efeitos de aprovação da ARM, S.A..
2. A produção dos bens objeto do contrato só poderá ser iniciada após aprovação das amostras a que se refere o número anterior, pela entidade adjudicante, através de auto de aceitação das amostras, de acordo com o anexo III do presente caderno de encargos.
3. O cocontratante obriga-se a entregar à ARM, S.A. os bens objeto do contrato nas quantidades, características, especificações e requisitos técnicos previstos nos anexos do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
4. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessários à sua entrada em funcionamento
5. Os bens objeto do contrato devem cumprir os requisitos e especificações técnicas do fabricante.
6. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
7. O cocontratante é responsável perante a ARM, S.A. por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da sua entrega.
8. Para os materiais relativamente aos quais este caderno de encargos não apresente especificações, exige-se que estes satisfaçam as condições técnicas de resistência, segurança e qualidade impostas por lei para o fim a que se destinam.

Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. A entrega das amostras a que se refere o número 1 da cláusula 6.ª deve ser efetuada **no prazo de 15 (quinze) dias seguidos** e nas quantidades requeridas, a contar da data da celebração do contrato, na Estação de Transferência da Zona Leste (ETZL) no Porto Novo, concelho de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira, de segunda a sexta-feira entre as 9H00 e as 17H00.
2. Os bens objeto do contrato, indicados no anexo I do presente caderno de encargos, **devem ser entregues no prazo máximo de 4 (quatro) meses**, após a celebração do contrato, na Estação de Transferência da Zona Leste (ETZL) no Porto Novo, concelho de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira, de segunda a sexta-feira entre as 9H00 e as 17H00.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a ARM, S.A., bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
4. Todas as despesas de produção das amostras a que se refere número 1 da cláusula 6.ª são da responsabilidade do cocontratante.
5. **Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do cocontratante.**
6. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, **incluindo o certificado de fabrico da Comunidade Europeia dos bens**



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



objeto do contrato, em língua portuguesa, inglesa, francesa ou espanhola que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles.

Cláusula 8.ª

Inspeção

1. Efetuada cada entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de **8 (oito) dias**, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, e se são compatíveis com os equipamentos existentes, e se os mesmos correspondem às amostras apresentadas e previamente aprovadas, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. No caso da inspeção prevista no número anterior não comprovar a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as quantidades e características, especificações e requisitos técnicos definidas no Anexos do presente Caderno de Encargos, a ARM, S.A., deve disso informar por escrito, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a inspeção, o cocontratante.
3. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ARM, S.A., às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. Após a realização das necessárias substituições ou reposições pelo cocontratante, no prazo respetivo, a ARM, S.A. procede à realização de nova inspeção, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 9.ª

Garantia Técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o cocontratante garante os bens objeto do contrato de cada lote, **pelo prazo de 2 (dois) anos**, a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características e especificações técnicas definidas no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia incidirá sobre os componentes, peças e acessórios suscetíveis de sofrer avaria ou danificação imputáveis a deficiências de fabrico ou de montagem.
3. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento de qualquer bem objeto do contrato ou componente em falta;
 - b) A substituição de qualquer bem defeituoso ou discrepante;
 - c) O transporte dos bens defeituosos ou discrepantes para o local da sua substituição e a devolução daquele bem em falta substituídos;
 - d) A deslocação ao local de entrega;
 - e) A mão-de-obra.
4. No prazo máximo de **15 (quinze) dias** a contar da data em que a ARM, S.A. tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o cocontratante, para efeitos da respetiva substituição do bem.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



5. A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pela ARM, S.A. e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza e o fim a que o mesmo se destina.
6. Da garantia exclui-se-ão apenas os danos provocados por má utilização ou negligência da entidade pública contratante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
7. O cocontratante obriga-se a substituir, reparar ou reconstruir, por sua conta, bem que sofreu avaria, durante o período de garantia.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ARM, S.A., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **2 (dois) anos** a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da ARM, S.A.

Cláusula 12.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a ARM, S.A. deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA a taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



2. O preço referido no número anterior **inclui todos os custos**, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ARM, S.A., nomeadamente **os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.**

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela ARM, S.A., nos termos da cláusula anterior, **devem ser pagas no prazo de 30 a 60 dias após a receção pela mesma, das respetivas faturas**, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, após a entrega dos bens objeto do contrato e devidamente aceite, nos termos do n.º 3 da cláusula 7.ª do presente cadernos de encargos.
3. Em caso de discordância por parte da ARM, S.A., quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O cocontratante não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, da ARM, S.A..
5. Em caso de violação do disposto no número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição da ARM, S.A., o cocontratante será responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário acarretar para o contraente público.

Capítulo III

Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a ARM, S.A. pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega das amostras, até 0.5% do valor total do lote em causa, **por cada dia, após 5 dias seguidos de atraso**, quando não for razoavelmente justificado;
 - b) Pelo incumprimento do prazo de **entrega dos bens objeto do contrato**, até 1% do valor total do lote em causa, **por cada dia, após 10 dias seguidos de atraso**, quando este não for razoavelmente justificado.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a ARM, S.A. pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a ARM, S.A. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A ARM, S.A. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 15.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte da ARM, S.A.

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a ARM, S.A. pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



- a) Pelo atraso no prazo de entrega dos bens objeto do contrato, para cada um dos lotes, superior a 3 (três) meses quando este não for razoavelmente justificado ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b) Pelo cumprimento defeituoso do contrato, caso esse cumprimento não seja sanado no prazo que, para o efeito, venha a ser acordado entre as partes.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela ARM, S.A..

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses.
2. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à ARM, S.A., que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 18.ª

Caução para garantir o cumprimento das obrigações

Não é exigível a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de comarca da Madeira, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela ARM, S.A..
2. As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP e no artigo 8.ª A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusula 25.ª

Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
2. O preço base fixado no presente caderno de encargos, foi alcançado através das informações obtidas na consulta prevista no número anterior, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 26.ª

Proteção de dados

O Cocontratante obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



no **Anexo IV** «Conformidade com o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados» do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



ANEXO I MAPA DE QUANTIDADES

1 - LISTA DE MATERIAL						
ITEM	UTILIZAÇÃO	COR	CARACTERÍSTICAS	DIMENSÕES	ENTREGA	QTD (UN)
				(comp x larg x espessura)		
1	Raspadores laterais	Preta	E 5/2 0/V5 H MT	300000 x 150 x (1,90mm $\pm$ 0,1)	Rolo	1
2	Raspadores inferiores	Amarela	PU-90/93	2000 x 1000 x ($\geq$ 8mm)	Chapa	10
3	Bavetes dos transportadores das cabines	Transparente	Lamela PV	20000 x 1000 x ($\geq$ 4mm)	Rolo	1
4	Bavetes para as caídas das ilhas ecológicas	Preta	Borracha preta SBR com 1 tela	100000 x 1000 x ($\geq$ 3mm)	Rolo	1
5	Bavetes das caídas dos transportadores	Preta	EP250/1 2,5+0 resistente a óleos e gorduras	20000 x 1000 x ($\geq$ 2,7mm)	Rolo	1
6	Raspador tremonha	Preta	EP250/2 2,5+0 resistente a óleos e gorduras	20000 x 1000 x ($\geq$ 4,7mm)	Rolo	1
7	Envoltivo para rolos de tração	Preta ou vermelha	TransCorrex MiniDiamond	30000 x 1400 x $\geq$ 8mm	Rolo	1
2 - OUTROS CUSTOS						
DESCRIÇÃO						QTD (UN)
Transporte para ETZL do Porto Novo						1

Nota:

- Qualquer referência a marcas ou modelos deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.
- **Os artigos equivalentes propostos pelos concorrentes têm de salvaguardar a total compatibilidade com os equipamentos existentes.**
- Os bens objeto do contrato devem ser entregues na sua totalidade, no prazo de **4 (quatro) meses seguidos** após a celebração do contrato, na Estação de Transferência da Zona Leste (ETZL) no Porto Novo, concelho de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira, de segunda a sexta-feira entre as 9H00 e as 17H00.
- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



ANEXO II

Catálogos e Especificações técnicas do equipamento existente

Ficha Técnica do produto
E 5/2 0/V5H MT Preto
(ITEM 1)

Construção	
Material da superfície superior	Policloreto de vinil
Espessura do revestimento da superfície superior	0,5mm $\pm$ 1%
Cor da superfície superior	Preto
Material da superfície do lado condutor	Tecido Poliéster
Estrutura da superfície do lado condutor	Tecido
Material do elemento tensor	Tecido lateralmente flexível de poliéster urdume e trama
Número de camadas de tecido	2
Trama do revestimento da superfície condutora	Tecido de fibra com tafetá
Dados técnicos	
Espessura total	1,90mm $\pm$ 0,1
Peso	2,2 kg/m ² $\pm$ 0,1
Força de rutura	80 N/mm $\pm$ 10%
Dureza do revestimento superfície superior conforme DIN 53505 (Shore A)	80 $\pm$ 10%

Ficha Técnica do poliuretano
PU 90 - 93
(ITEM 2)

Características Físicas	Unidade de medida	PU-90	Método de Teste
Dureza	Shore A	[86 ; 95]	DIN 53505
Densidade	g/cm ³	$\geq$ 1,10	DIN 53479
Resistência à tração	N/mm ²	$\geq$ 45	DIN 53504
Rutura	%	$\geq$ 565	DIN 53504
Elasticidade	%	[30; 40]	DIN 53512
Resistência ao Rasgo	N/mm	$\geq$ 60	DIN 53515
Abrasão	mm ³	$\geq$ 20	DIN 53516



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



Ficha Técnica Lamelas PVC
Lamela PV
(ITEM 3)

Propriedade	Intervalos	Unidades	Norma
Dureza Shore A	[75; 85]	Shore A	EN ISSO 868
Resistência à rutura	[45; 55]	N/mm	DIN 53515
Tensão de rutura	[14; 18]	N/mm ²	DIN 53504
Alongamento na rutura	≥ 300	%	ASTM D 638
Temperatura Mínima Limite	-35	°C	ISSO 8570
Temperatura Min/Max de uso	-15/+50	°C	EN 1876
Transmissão de luz	[80; 90]	%	ASTM D 1003
Resistência UV	Sim	-	ISSO4892
Densidade	1,22 ± 1%	g/cm ³	ASTM D 792

Ficha Técnica Borracha SBR com tela
(ITEM 4)

Características Físicas	Unidade de medida	Dados físicos	Método de Teste
Espessura	mm	≥ 3	DIN 22102
Densidade	g /cm ³	≥ 1,5	DIN 53550
Dureza	Shore A	[55; 75]	DIN 53505
Resistência à tração	Mpa	≥ 3	DIN 53504
Resistência ao rasgo	Kg/cm	≥ 15	DIN 53515
Rutura	%	≥130	DIN 53504
Temperatura Min e Max	°C	-20/+80	EN 1876
Com uma camada de tecido	Sim		
Propriedades químicas – Composição	Estireno e butadieno		

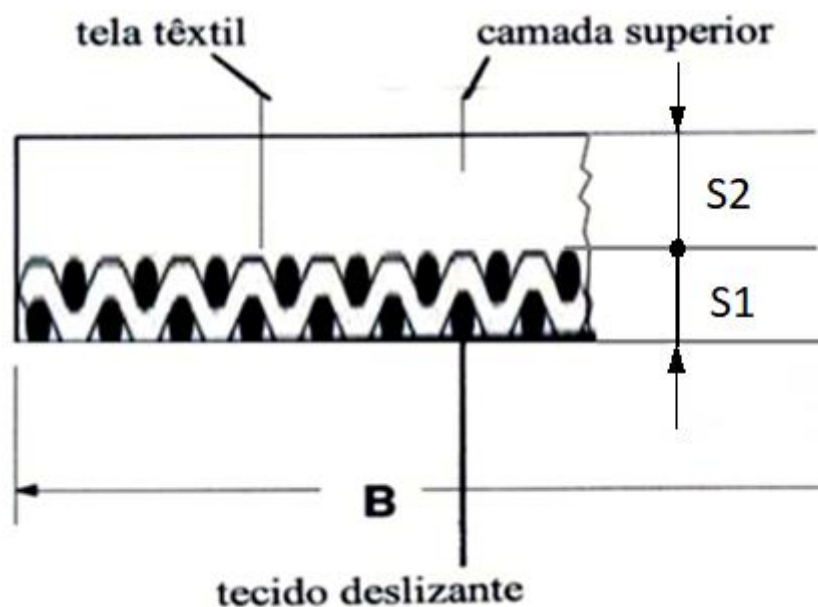


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



Ficha técnica Correia transportadora com telas têxteis
Tipo: EP250/1 2,5+0 mm, oil/GM
(ITEM 5)

	Designação	Dimensão		DIN
Dimensões da correia	Largura B	Max 2100	mm	22102
	Espessura total da correia (S1 + S2)	≥ 2,7	mm	22102
	Espessura da tela S1	≥ 0,2	mm	22102
	Espessura da borracha superior S2	≥ 2,5	mm	22102
	Número de Telas	1		22102
	Resistência nominal à rutura	250	kN/M	22102
Borracha do revestimento da correia	Tipo do componente da borracha	Oil / GM	Resistente a óleos e gorduras	
	Abrasão	≥ 80	mm ³	53516
	Dureza	≥ 55	Shore A	53505



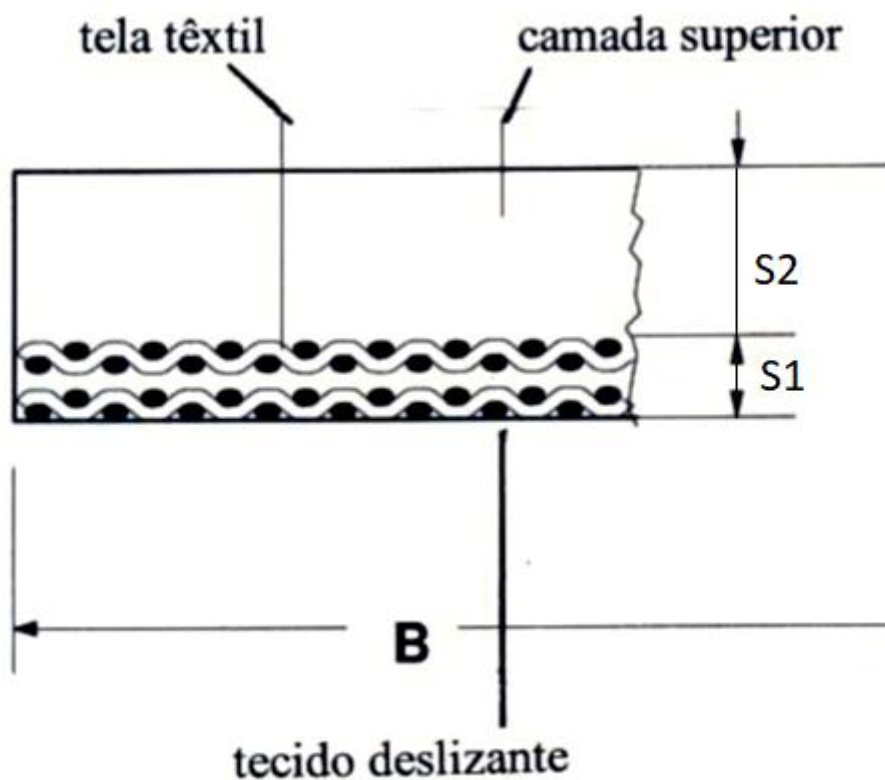


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



Ficha técnica Correia transportadora com telas têxteis
Tipo: EP250/2 2,5+0 mm, oil/GM
(ITEM 6)

	Designação	Dimensão		DIN
Dimensões da correia	Largura B	Max 2100	mm	22102
	Espessura total da correia (S1+S2)	≥ 4,5	mm	22102
	Espessura total entre telas S1	≥ 2	mm	22102
	Espessura da borracha superior S2	≥ 2,5	mm	22102
	Número de Telas	2		22102
	Resistência nominal à rutura	≥ 250	kN/M	22102
Borracha do revestimento da correia	Tipo do componente da borracha	Oil / GM	Resistente a óleos e gorduras	DIN
	Abrasão	≥ 80	mm ³	53516
	Dureza	≥ 55	Shore A	53505





ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



**Ficha Técnica do TransCorrex MiniDiamond
(ITEM 7)**

Características Físicas	Unidade de medida	Dados físicos	Método de Teste
Densidade	g /cm ³	≥ 1,10	DIN 53550
Dureza	Shore A	[55; 75]	DIN 53505
Resistência à tração	Mpa	≥ 15	DIN 53504
Rutura	%	≥ 400	DIN 53504
Abrasão	mm ³	≥ 100	DIN 53516
Descrição	Borracha Preta SBR	Composto para diversas aplicações	
Aplicações	Para rolos de tração	Transportadores de cinta	

ANEXO III

AUTO DE ACEITAÇÃO DAS AMOSTRAS

(nos termos do n.º 2 da cláusula 6.ª do caderno de encargos)

Aos dias do mês de do ano de 2022, na Estação de Transferência da Zona Leste (ETZL) no Porto Novo, concelho de Santa Cruz, onde foram rececionadas as amostras dos bens objeto do procedimento de aquisição de bens móveis denominado “Aquisição de raspadores e baves para a Estação de Triagem do Porto Novo e CPRS - 2022”, adjudicado pela ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. em de de 2022 à empresa ".....", compareceu o na qualidade de Gestor do Contrato, no sentido de proceder à verificação das amostras entregues pelo adjudicatário, para efeitos de aprovação nos termos do número 1 da cláusula 6.ª do caderno de encargos, de acordo com a tabela infra:

Amostras a apresentar para o lote 3 - Fornecimento de raspadores e baves			
ITEM	UTILIZAÇÃO	COR	CARACTERÍSTICAS
1	Raspadores laterais	Preta	E 5/2 0/V5 H MT
2	Raspadores inferiores	Amarela	PU-90/93
3	Baves dos transportadores das cabines	Transparente	Lamela PV
4	Baves para as caídas das ilhas ecológicas	Preta	Borracha preta SBR com 1 tela
5	Baves das caídas dos transportadores	Preta	EP250/1 2,5+0 resistente a óleos e gorduras
6	Raspador tremonha	Preta	EP250/2 2,5+0 resistente a óleos e gorduras
7	Envoltivo para rolos de tração	Preta ou vermelha	TransCorrex MiniDiamond

Do resultado das verificações realizadas, constatou-se que as amostras cumprem / não cumprem (eliminar o que não se aplica) cumprem com as especificações técnicas exigidas pelo caderno de encargos, nos termos do número 1 da cláusula 6.ª do caderno de encargos.

Neste sentido, aprovam-se / não se aprovam (eliminar o que não se aplica) as amostras indicadas na tabela *supra*, ficando / não ficando (eliminar o que não se aplica) o adjudicatário autorizado a iniciar a produção para efeitos de entrega dos bens objeto do contrato.

A não aprovação das amostras no prazo estabelecido no CE ou no eventual prazo estabelecido para efeitos de sanção da desconformidade, poderá culminar na **resolução do contrato por parte da ARM, S.A., nos termos da alínea b) do n.º 1 da cláusula 16.ª do presente caderno de encargos.**

E nada mais havendo a tratar, foi dada por finda a aceitação e lavrado o presente auto que, depois de lido e julgado conforme, vai ser assinado pelo Gestor do Contrato.

Funchal, de de 2022



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



O Gestor do Contrato

ANEXO IV

«CONFORMIDADE COM O RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS»

Introdução.

Definições no quadro do RGPD e da LPDP

1.NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

2.RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

3.SUBCONTRATANTE

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Cláusula 1ª

(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.
2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

Cláusula 2ª

(Responsável pelo tratamento e subcontratante)

No âmbito do Contrato celebrado entre a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o Cocontratante, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. será a entidade responsável pelo tratamento e o Cocontratante será o SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 3ª

(Medidas técnicas e organizativas)

O SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

Cláusula 4ª

(Sub-subcontratação)

1. O SUBCONTRATANTE não está autorizado a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, o SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste Anexo Único, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
4. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
5. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

Cláusula 5ª

(Termos de vinculação)

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este Anexo Único.

Cláusula 6ª

(Circulação e transferência de dados pessoais)

O SUBCONTRATANTE não está autorizado, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 7ª

(Compromisso de confidencialidade)

O SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

Cláusula 8ª

(Medidas de segurança)

1. O SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
2. Entre outras, o SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:
 - a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;
 - b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
 - d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
3. O SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.
4. O SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

Cláusula 9ª

(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)

1. O SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
2. O SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigado a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.
3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes ao Contrato, o SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



4. O SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 10ª

(Assistência à responsável pelo tratamento)

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, o SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

Cláusula 11ª

(Conservação dos dados)

1. O SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.

2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, o SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 12ª

(Dever de prestar informações)

1. O SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em especial, o SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o Contrato ou este Anexo Único ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Cláusula 13ª

(Auditorias e inspeções)

O SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito do Contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

Cláusula 14ª

(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)

O SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 15ª

(Registos das atividades de tratamento)

1. O SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.
2. Deste registo deverá constar:
 - a) O nome e contactos do SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;
 - b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
 - c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
 - d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.
3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



4. O SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes, devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 16ª

(Dever de cooperação)

O SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

Cláusula 17ª

(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)

1. O SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em caso de violação de dados pessoais, o SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.
4. A notificação referida deve, pelo menos:
 - a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
 - b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
 - c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
 - d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pelo SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.
6. O SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

Cláusula 18ª

(Responsabilidade e indemnizações)

O SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.



Cláusula 19ª

(Gabinete de Proteção de Dados)

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, o SUBCONTRATANTE pode entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico [protecaodedados@aguasdamadeira.pt], descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta. O Gabinete de Proteção de Dados do SUBCONTRATANTE pode ser contactado através do correio eletrónico a disponibilizar à ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.